

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Confusão

O desencontro entre o governo estadual e o federal ainda impera. As primeiras portarias de calamidade pública foram editadas com base nas informações fornecidas pelo Executivo estadual que, primeiramente, elencou mais de 100 municípios e depois baixou para os 47 das duas primeiras portarias do Ministério do Desenvolvimento Regional. Foi aí que a turma excluída passou a procurar diretamente o governo federal para voltar a essa situação.

Há 16 anos, na Itália...

Em 2008, quando participou da reunião da FAO em Roma, Lula prometeu ser o “mascote do etanol” brasileiro mundo afora. Na entrevista coletiva que deu na Embaixada, pediu à primeira-dama d. Marisa Leticia que entrasse na sala com um protótipo do carro de plástico de cana. No ano seguinte, veio o petróleo do pré-sal, e o etanol ficou em segundo plano.

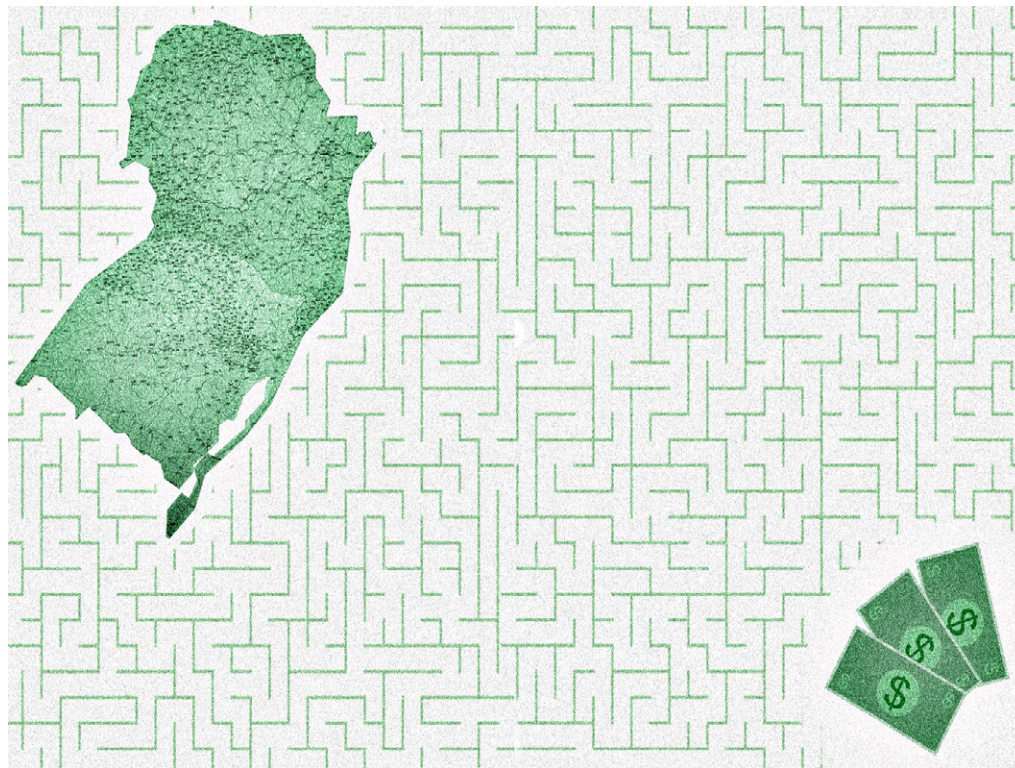
... e em 2024

Atualmente, Lula pretende promover o etanol de segunda geração no encontro do G-7, na região de Puglia, no sul da Itália. Entre os aliados do presidente, há quem diga que, desta vez, diante do desafio das mudanças climáticas, a promessa será cumprida.

Muita calma nessa hora

Ainda que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha rechaçado qualquer sugestão sobre adiar as eleições municipais no Rio Grande do Sul, muitos prefeitos acreditam que, em alguns casos, essa decisão terá de esperar. Na época da pandemia de covid-19, por exemplo, a decisão só foi tomada em novembro.

Os esquecidos



A Medida Provisória 1.222 — editada esta semana para garantir o aporte de recursos aos municípios em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul — provocou alvoroço entre prefeitos e parlamentares. É que, ao ler o texto, os deputados perceberam que apenas 47 cidades estão contempladas, e o número das elencadas nessa situação pelo governo federal chega a 53. Se contar os decretos estaduais, a quantidade passa de 100. Mas esses decretos não servem para a captação de recursos federais. Para esse benefício, vale apenas o que está na MP. O jeito agora é esperar a aprovação da proposta pelos congressistas.

» » »

Entre as cidades que ficaram fora da medida provisória está, por exemplo, Novo Hamburgo, um polo importantíssimo do setor de calçados, devastado pelas enchentes. Ou o Congresso aprova logo essa MP ou o governo manda um novo texto. Para não deixar os municípios esperando, o deputado Márcio Biolchi (MDB-RS) já pediu ao Poder Executivo a correção da MP.

CURTIDAS

Os russos estão chegando/ O deputado Júlio Lopes está empenhado em tentar iluminar a COP30, em Belém, com energia nuclear. Para isso, tem conversado, inclusive, com empresários russos, a fim de trazer reatores de pequeno porte para abastecer o grande evento, no Pará, sobre mudanças climáticas. A ideia está lançada.

Vem mais/ Na conversa com os russos, na última quinta-feira, no Rio de Janeiro, o deputado abordou ainda tratamentos médicos. Hoje, argentinos e chilenos têm muito mais acesso à medicina nuclear do que os brasileiros.



Ricardo Stuckert / PPR

Janja e solidariedade/ A primeira-dama Janja da Silva (foto) continua focada na ajuda aos gaúchos. Seu último movimento foi buscar auxílio para o envio de purificadores de água. “Essa solidariedade do Brasil me deixou emocionada. A chama da solidariedade estava um pouquinho apagada, mas tem uma brasa. O Rio Grande do Sul reacendeu essa chama”, disse, em entrevista à EBC.

Ops! A respeito da nota sobre a exportação de lítio da Sigma Lithium, saiu erroneamente publicado que a Sigma não importa o minério bruto e, sim, industrializado. Na verdade, ela “exporta” o produto e está na 10ª carga embarcada, principalmente para a Ásia.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Insatisfação com decisão de Lira

Na avaliação do governo, formato de grupos de trabalho, escolhido pelo presidente da Câmara, é empecilho para acelerar votação

» EVANDRO ÉBOLI

O formato escolhido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para lidar com a regulamentação da reforma tributária — que foi a criação de dois grupos de trabalho — desagradou ao governo. Para atender os partidos, o deputado definiu sete parlamentares em cada um dos GTs e estabeleceu o prazo de 60 dias para concluir as atividades.

Na avaliação da equipe econômica, o modelo vai atrasar a conclusão da reforma e facilitará a atuação dos lobbies dos setores diversos que estão de olho na tramitação dessas medidas, todos interessados em reduzir a carga tributária de suas áreas.

Para não bater de frente com Lira, os governistas preferem não escancarar o descontentamento. O desejo manifestado até pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva era que o deputado

mantivesse apenas um relator e citou a preferência por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como o único com essa missão. O parlamentar foi o relator do texto principal, aprovado no fim de 2023.

Há um mês, Lira foi questionado sobre a predileção de Lula e descartou atender a seu desejo. “A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas temos uma quantidade absurda de deputados competentes e que desejam relatar”, frisou, à época. “O deputado Aguinaldo tem toda nossa gratidão, é competente, é um companheiro de partido, mas ele já relatou a PEC da reforma tributária. Essas regulamentações, necessariamente, não têm que ter o mesmo relator. Há deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, tributaristas, advogados.”

A composição dos GTs, divulgada esta semana, excluiu de fato o nome de Aguinaldo. E inseriu o nome do presidente da Frente Parlamentar do

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Para atender a partidos, Arthur Lira criou grupos de trabalho que debaterão a regulamentação da reforma

Empreendedorismo (FPE), deputado Joaquim Passarinho (PL-PA). Esse grupo reúne interesse de setores privados da economia.

É uma incógnita como os cotegados funcionarão, pois não há um relator definido em cada um. O GT principal vai analisar

o projeto enviado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a

Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), que formam o núcleo da reforma.

Um dos integrantes desse grupo, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) resumiu o funcionamento dos trabalhos. “Quem vai assinar? Pode ser escolhido por letra ou sorteio. Ou assinam todos”, disse Cajado.

Para o advogado Pedro Merheb, especialista na reforma tributária, o formato pode atrasar a regulamentação do texto e se chocar com o calendário eleitoral. “A indefinição procedimental do modelo adotado não favorece o calendário da reforma tributária, que precisa ser regulamentada até 2026. Os GTs têm uma duração de 60 dias. Se esperarmos a conclusão dos debates para que os PLPs (projetos enviados pelo governo) sejam distribuídos às comissões e designadas as relatorias, isso coincidirá fatalmente com o calendário eleitoral”, enfatizou.

RENOVABR

Meta é eleger 15% dos alunos

» VINICIUS DORIA

Escola de formação de lideranças políticas mantida por doações, o RenovaBR encerra hoje, em Brasília, mais um curso para alunos das regiões Centro-Oeste e Norte que almejam se candidatar nas próximas eleições municipais, em outubro. É a terceira fornada de estudantes desde que a instituição se lançou ao desafio, seis anos atrás, de preparar candidatos a políticos com foco na produtividade,

independentemente da coloração ideológica de cada um. O RenovaBR tem, entre seus conselheiros, nomes como o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung e o apresentador de tevê Luciano Huck.

Na avaliação do diretor executivo da instituição, Rodrigo Cobra, o encontro de hoje é para “fazer o aluno já sentir o clima das eleições que se aproximam, com debates e depoimentos de ex-alunos que conquistaram cargos eletivos nos últimos pleitos”,

entre eles, a deputada federal Gisela Simona (União-MT). Mas há outros integrantes do Congresso que passaram pelos cursos de formação, como o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e as deputadas federais Tabata Amaral (PSB-SP) e Camila Jara (PT-MS).

Cobra destaca que a formação de gestores públicos — não necessariamente candidatos a cargos eletivos — é o novo viés do RenovaBR. Em 2022, 19 alunos foram eleitos deputados federais ou estaduais, além de 14

primeiros suplentes e 22 segundos suplentes. Mas, ao analisar a trajetória profissional dos formados, a instituição viu que havia 470 deles em cargos públicos, como a presidente da Funai, Joenia Wapichana — a primeira indígena a ocupar o posto —, e o ex-secretário nacional de Justiça Augusto Botelho, além de 16 secretários estaduais e 60 secretários municipais — sete na prefeitura do Rio de Janeiro e dois na de São Paulo.

Da atual turma, com 2,1 mil alunos de todo o país, ao menos 230 declararam que pretendem se candidatar nas eleições de outubro. “Nossa média é ter 15% de

eleitos em todas as formações do Renova BR, é a nossa taxa de sucesso”, diz o diretor.

Ele rebate uma crítica recorrente, de que o RenovaBR é ligado a uma parcela da elite econômica e política do país. “Seguimos as proporções do IBGE: temos 50% de alunos homens e 50% de mulheres; 56% são pretos, pardos e indígenas; contemplamos todas as regiões e todos os estados do país; e, em posicionamento político-partidário, o Renova é proporcional, tem alunos de direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda. Essa pluralidade política é essencial”, reforça.

Para os políticos formados na instituição, momentos de crise são grandes desafios em que eles podem aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula. Cobra cita o papel de ex-alunos do Renova no enfrentamento da tragédia climática que aflige os gaúchos.

“Uma crise gravíssima como a que vemos no Rio Grande do Sul exige líderes”, atesta Cobra. Pelo menos 13 prefeitos e dois vice-prefeitos formados no Renova BR se uniram e conectaram as respectivas prefeituras para enviar apoio às cidades atingidas, como agentes municipais de Defesa Civil.